



Sustentabilidade

em FOCO

Ano I - Número 02 - Março 2014

Informativo do Projeto de Implementação de Manejo Florestal Familiar e Comunitário da Mesorregião da Chapada do Araripe

Manejo em Unidade de Conservação, uma alternativa possível

Parece contraditório, mas realizar a exploração madeireira, dentro de uma área de conservação é viável do ponto de vista legal e sustentável. A atividade de manejo em uma Unidade de Conservação, por exemplo, é regulamentada pelas leis ambientais e desde que, esteja compatível com os critérios do código florestal brasileiro, pode sim acontecer.

Está prevista para março, a vistoria da Superintendência Estadual de Meio Ambiente (SEMACE) ao Plano de Manejo do Assentamento Serra de São Vicente, localizado no município de Araripe, no Ceará. O Plano já está protocolado e a expectativa agora é que nos próximos dois meses, seja emitida a Autorização de Exploração Florestal (AUTEX).

Serra de São Vicente dispõe de uma área de 150 hectares, com potencial para o desenvolvimento da atividade de manejo e está localizado numa Área de Proteção Ambiental (APA) na Categoria Unidade de Conservação de Uso Sustentável. O que significa que os recursos florestais podem ser explorados, se obedecidas às normas e restrições estabelecidas pela lei 9.985/2000, que trata do sistema Nacional de Unidade de Conservação do Código Florestal.

Dentro da Unidade, a realização do Plano de Manejo Florestal irá funcionar como atividade sustentável, contribuindo para a conservação da vegetação e do meio ambiente, previstos pela regulamentação deste tipo de Unidade de Conservação. Além disso, estará gerando trabalho e renda para as famílias do assentamento. Outra vantagem é que os produtos madeiros poderão ser uma fonte energética para empresas que os adquirirem para uso como biomassa. *“O projeto chegou em boa hora, pois os assentados já planejavam contratar o serviço particular para a realização da atividade de manejo. Então puderam aproveitar a oportunidade oferecida pela Associação Plantas do Nordeste”* afirma o engenheiro florestal Moisés Santos.

A primeira vistoria, realizada fevereiro pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) obteve uma boa avaliação e neste momento o projeto de assentamento aguarda o resultado da segunda vistoria, desta vez, da SEMACE, para que a exploração seja autorizada.



Informativo do Projeto de
Implementação de Manejo Florestal
Familiar e Comunitário da Mesorregião da
Chapada do Araripe

Realizado pela Associação
Plantas do Nordeste em parceria
com a ONG Chapada e Cecor,
com apoio do Fundo Socioambiental
da Caixa Economica Federal,
Fundo Nacional do Meio Ambiente
(FNMA) e Ministério do
Meio Ambiente

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE E PRODUÇÃO DA ASSOGESSO E VICE-PRESIDENTE DO SINDUSGESSO -
PERSPECTIVAS DO SEGMENTO GESSEIRO

Aureliano Galvão Rodrigues, diretor de Meio Ambiente e Produção da ASSOGESSO e vice-presidente do SINDUSGESSO fala sobre as perspectivas do segmento gesseiro quanto ao Projeto de Manejo Florestal Familiar e Comunitário na Mesorregião do Araripe e dos novos desafios do setor empresarial

APNE - A região do Araripe é a maior produtora de gesso do Brasil, responsável por 95% da demanda nacional. Diante do crescente consumo de lenha por parte do segmento gesseiro industrial e da necessidade de se buscar alternativas sustentáveis, como avalia a possibilidade deste projeto oferecer combustível ao polo gesseiro do Araripe de forma legalizada, ambientalmente correta e contínua, através do manejo florestal?

Aureliano- A demanda existe e é crescente, porque aumenta o número de empresas. Uma das dificuldades é o fornecimento de biomassa. Então considero muito positiva a parceria. As empresas precisam estar apoiando estas iniciativas. Não adianta ter os planos de manejo nos assentamentos e as empresas não absorverem. Então é uma troca. Na região não existe madeira manejada suficiente. Sabemos que mais de 50% da lenha utilizada aqui ainda é procedente de madeira frutífera e exótica de outras regiões como a algaroba e o caju de Fortaleza, por conta de não haver aqui a biomassa de forma manejada e legal.



APNE- O bioma Caatinga vem sofrendo o impacto progressivo provocado pela exploração desordenada e ilegal da madeira. O projeto se propõe por meio da atividade de manejo a colaborar com a conservação da vegetação, viabilizar a exploração legalizada e correta dos recursos florestais e ao mesmo tempo dar oportunidade de trabalho e renda aos produtores de assentamentos rurais do sertão que irão comercializar a lenha. Na sua visão, por que é viável para as indústrias adquirir este produto? Quais as vantagens para a indústria gesseira nesta comercialização?

Aureliano - O projeto pode ser um balizador das condições irregulares que existem no setor atualmente. Sabemos que existe uma concorrência desleal entre as empresas que até dificulta que elas trabalhem de forma legal. A ausência do próprio governo e das instituições permite que algumas empresas comprem madeira de locais que não têm nenhum tipo de regularização. Isso dá um diferencial de preço muito

grande. Mas a vantagem pra que a gente possa comprar nossa energia de um plano de manejo todo licenciado é a de que primeiro a empresa está cumprindo um papel social e o papel de preservar e o segundo é de que também está contribuindo pra geração de renda destas pessoas. Na verdade é uma contrapartida para a empresa, apoiar estas iniciativas para que realmente se possa melhorar o nível de competitividade no segmento gesseiro.

APNE- A proposta da iniciativa do projeto de manejo contempla as áreas social, econômica e ambiental. Qual é o desafio atual das indústrias do setor para a promoção da sustentabilidade?

Aureliano- Seria uma questão de organização interna das próprias empresas, por conta da concorrência desleal e do crescimento que o gesso teve sem preparação e aí tem a participação incisiva do governo. O governo está de certa forma ausente, tanto do ponto de vista das instituições de fiscalização, como do ponto de vista de apoio tecnológico às empresas. A maior dificuldade é a de conscientizar o empresariado da importância de buscar a sustentabilidade, visando o ponto de vista econômico, social e ambiental. É um novo cenário, não somente para as empresas do polo gesseiro, mas para o Brasil e o mundo. As empresas que não buscarem se adequar, mesmo com esta dificuldade, não terão muita sobrevivência, existe um tempo curto de vida para elas.

APNE - O projeto estima que cerca de 800 famílias sejam beneficiadas em 23 assentamentos da reforma agrária, em terras do INCRA e Crédito Fundiário, por meio da implementação do manejo e comercialização de produtos madeireiros e não madeireiros. Que tipo de análise faz da importância da colaboração das empresas, com a dimensão social do projeto?

Aureliano - Seria fundamental a ligação entre o polo gesseiro e os assentamentos para que possamos utilizar isso como um diferencial, mostrando o interesse dos empresários em contribuir para o desenvolvimento das pessoas e estar ajudando um projeto desta magnitude. As empresas estariam cumprindo o papel social. Então esta ligação permite um entendimento entre as partes para que não exista apenas um fornecedor e um comprador. Deve haver esta interação para que a experiência dê certo e venha a transformar vidas. A iniciativa é importante para que possamos resgatar a credibilidade do próprio polo gesseiro.

Fique por dentro

Projeto beneficia sete assentamentos em Santa M^a da Boa Vista-PE

Na cidade de Santa Maria da Boa Vista, na região do Submédio São Francisco, em Pernambuco, está concentrada uma ampla quantidade de assentamentos da reforma agrária. São ao todo 38 projetos, onde residem aproximadamente 2.449 famílias.

Neste espaço está inserida boa parte da área de atuação do Projeto de Implementação de Manejo Florestal Familiar e Comunitário da Mesorregião do Araripe, desenvolvido pela Associação Plantas do Nordeste. Cerca de 30 % do total de assentamentos acompanhados neste projeto concentra-se no município de Santa Maria da Boa Vista. Entre os sete contemplados na localidade, cinco já foram autorizados pelo processo de anuência do INCRA e estão protocolados no órgão ambiental. Sítio Novo, Maristela Medrado, Junco, Begard e Batalha aguardam, neste momento, a aprovação da CPRH para a emissão da Autorização de Exploração Florestal (AUTEX) e início da atividade de corte.

De acordo com levantamento obtido durante o inventário florestal, apenas no primeiro talhão, calcula-se que haja nestes assentamentos, potencial madeireiro para exploração de 2.130,94 m³ de lenha. A estimativa é possibilitar a geração de renda para 80 famílias beneficiadas com a ação, através da comercialização da madeira.

O Projeto de Implementação de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na

Mesorregião do Araripe pretende alcançar a meta de 10.000 hectares de manejo sustentável da Caatinga em projetos de assentamentos nos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí. Entre os três estados beneficiados pela iniciativa, somente o Ceará concentra 40% da meta divididos em três planos de manejo de assentamentos do INCRA. Nas cidades de Araripe, Jati e Barro - PA Serra de São Vicente, Baixa Grande e José Lourenço. Ao todo, 220 famílias nesses assentamentos terão uma alternativa de renda garantida através do manejo.

Planos de Negócio devem impulsionar a venda de produtos florestais



Agricultores beneficiados pelo do Projeto de Implementação de Manejo Florestal Familiar e Comunitário na Mesorregião do Araripe terão, em breve, a oportunidade de comercializar lenha de forma ambientalmente correta, legalizada e autônoma. A APNE iniciou desde fevereiro a elaboração dos Planos de Negócio, uma das etapas previstas no Projeto. Trata-se de um estudo onde realiza-se um

planejamento de viabilidade e comercialização da madeira. Através do Plano de Negócio, o assentamento fornecedor e a empresa compradora terão a possibilidade de realizar a negociação de forma independente.



Os planos de negócios estão sendo construídos de forma participativa com as comunidades beneficiadas com a atividade do manejo florestal nos assentamentos que já possuem a Autorização de Exploração Florestal (AUTEX) e outros que estão próximo de recebê-la. "O plano permite que o próprio assentamento procure o melhor comprador e negocie diretamente com a empresa pelo melhor preço. O que significa lucro e possibilidade de planejamento da demanda de lenha" explica Felipe Rabelo, engenheiro florestal da Associação Plantas do Nordeste. Atualmente, estão envolvidos nesta etapa os assentamentos Baixa Grande em Jati (CE), Nova Vida e Várzea Grande em Parnamirim (PE).

Expediente

Coordenador Geral
Frans Pareyn

Coordenador Adjunto
Mário Marques

Edição
José Luiz Vieira da C. Filho

Jornalista responsável:
Carolina Barros DRT/CE nº 2496

Diagramação:
José Luiz Vieira da C. Filho

Realização



Parceiros



Apoio

